

Título do artigo:

**A HISTÓRIA INDÍGENA NO ENSINO
DE HISTÓRIA**

Disciplina: História

Seccionadora: Antonia Terra

A história brasileira foi construída a partir de uma grande diversidade de sujeitos históricos, que incluem povos e nações que aqui viviam, aqui invadiram e para aqui foram trazidos. Todavia, a história contada na escola tem excluído a história das populações indígenas como protagonistas da história nacional. Isso tem ocorrido principalmente por conta da influência da historiografia do século XIX, comprometida com os valores da elite da época, que escolheu identificar a história da nação com as ações da sociedade europeia e de seus descendentes no Brasil.

Inúmeras e diferenciadas populações indígenas presentes no território brasileiro no século XIX não foram incluídas na história nacional que então se construiu. Os intelectuais encarregados desta tarefa comungavam, grosso modo, com a política indigenista do Estado no sentido de promover a assimilação dos índios integrando-os como cidadãos ao novo Império em formação. Intelectuais e políticos apagavam, através de seus discursos, inúmeras identidades indígenas de grupos que, embora ainda muito presentes no novo Estado, deviam desaparecer enquanto etnias diferenciadas, conforme os ideais políticos vigentes. Predominou, então, entre as elites intelectuais e políticas uma cultura histórica que valorizava alguns índios do passado, enquanto desconsiderava os grupos coevos presentes e atuantes nas sociedades nas quais se inseriam. Isso teve significativa influência sobre nossa historiografia e sobre o ensino da história do Brasil, na qual os índios, tradicionalmente, têm ocupado lugar irrelevante.¹

Da historiografia do século XIX, o ensino de história herdou, por exemplo, as ideias errôneas de que os povos indígenas representam a "infância" da humanidade, e que são como remanescentes de um estágio ultrapassado pelos "civilizados", e estão estagnados na história, como pertencentes ainda à "pré-história". Como decorrência, os alunos têm incorporado a ideia de que os povos indígenas são povos "sem história", e, assim, negam a eles o direito à luta por seus direitos, atitudes de autodeterminação, e sua autonomia para escolha de seus costumes, línguas e religiões. Em geral, a escola divulga a crença de que as mudanças nos costumes indígenas, por conta de contato com outros povos, significam o abandono de suas próprias identidades, deixando eles de serem Tupinambá, Terena, Lanomâmi, Xavante, Caiapó, Guarani...

Ao longo do século XX, apesar, de alguns historiadores ressaltarem a importância dos diversos povos nativos no contexto da colonização lusa na América, prevaleceram, na escrita

¹ ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *O lugar dos índios na história entre múltiplos usos do passado: reflexões sobre cultura histórica e cultura política*. IN: SOIHET, Rachel, ALMEIDA, Maria Regina Celestino de, AZEVEDO, Cecília, e GONTIJO, Rebeca. *Mitos, projetos e práticas políticas – Memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 207.

da história nacional, as versões que destacaram as ações dos portugueses e europeus em geral, onde os indígenas apareciam como vítimas, derrotados ou resistentes à ordem da colônia. Essas versões também foram incorporadas pelo ensino de história. Sem terem sido entendidos como protagonistas por diferentes correntes historiográficas até então, nas versões escritas da história coube aos ameríndios apenas o papel de terem legado algumas heranças culturais à nação e, principalmente, um silêncio sobre suas resistências e persistências ao longo dos séculos.

Nos livros didáticos, por exemplo, a história contada tendeu a apresentar o indígena sempre no seu contato com o europeu, associado à antropofagia, à guerra, à condição de selvagem, à ideia de um ser moral e tecnologicamente inferior, um ser a ser “civilizado”; e apresentado, nos dias atuais, como pertencente a povos dizimados, vítimas e vivendo em florestas, em representação idílica de natureza isolada, distantes da vida industrial e urbana. E, ao mesmo tempo populações consideradas desaparecidas, por conta de uma perspectiva assimilacionista, que entende qualquer mudança aparente nos costumes indígenas, de indivíduos ou povos, como “assimilação”, ou seja, perda da cultura original e perda da identidade ancestral.

Na década de 1970, porém, os movimentos de luta por direitos indígenas eclodiram no Brasil. Eles foram consequência das políticas nacionais de interiorização nas décadas anteriores: nos anos de 1940, no governo de Getúlio Vargas, com a *Expedição Roncador-Xingu*²; depois, com a construção de Brasília, no governo JK; e, nos anos de 1960/70, ao longo do regime militar, com a política de expansão da fronteira agrícola, envolvendo o deslocamento de agricultores da região sul para ocupação do Centro-Oeste e Amazônia. Nesse último período, a política econômica priorizou a industrialização do sudeste, com a criação de fábricas de tratores, carros e caminhões, associada à construção de estradas de rodagem, hidrelétricas e agrovilas no Mato Grosso, Rondônia, Roraima e Amazônia, em um processo agressivo de expulsão das populações indígenas de suas terras, junto com sua

² VILLAS BÔAS, Orlando e VILLAS BÔAS, Claudio. *A marcha para o Oeste*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

mortandade por doenças disseminadas por grileiros, garimpeiros, agricultores e pecuaristas.³

No contexto da década de 1970, as populações indígenas contaram com o apoio do *Conselho Indigenista Missionário – CIMI* (ligado à igreja católica) e dos antropólogos (ligados às universidades), que defendiam a importância de respeitar e preservar suas culturas. Em oposição a eles estava a *FUNAI – Fundação Nacional do Índio* (pertencente ao governo federal), que tinha como política naquele contexto a integração dessas populações à sociedade nacional, dando continuidade à política portuguesa desde o século XVI, posteriormente à política do governo imperial brasileiro no século XIX e também do governo republicano ao longo do século XX. Ou seja, a integração da população indígena sempre significou um esforço para diluí-la entre a população brasileira, retirando dela sua identidade específica, seus costumes e direitos às suas terras. As denúncias contra as ações da FUNAI, durante o regime militar, indicavam, por exemplo, que estavam voltadas para retirada dos indígenas de seus territórios para entregar as terras aos agricultores não-índios e grandes empresas agropecuárias.

O confronto entre indígenas e colonos, na década de 1970, politizou as populações indígenas, intensificando, então, suas lutas por direito às suas terras, línguas e costumes. E, com o processo de implantação da sociedade democrática no Brasil, na década de 1980, as organizações indígenas elegeram um deputado federal e fortaleceram suas alianças, garantindo na Constituição de 1988 seus direitos. No artigo 231 ficou estabelecido: “*são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre a terra, que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens*”⁴.

A partir da Constituição de 1988, as populações indígenas tiveram assegurados por lei a diversidade étnica e o direito de manterem seus territórios. Todavia, os valores de inferioridade disseminados ao longo de cinco séculos prevaleceram no imaginário da população brasileira, além do desconhecimento sobre suas particularidades culturais. Conhecer melhor quem são, como vivem, no que acreditam e quais foram e são suas lutas,

³ Recomenda-se assistir o programa de vídeo: “*De volta à terra boa*”. Cineastas Indígenas. Panará, 2008.

⁴ Constituição de 1988. http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_04.06.1998/art_231_shtm

possibilita aproximações importantes e necessárias para a conquista do respeito e valorização das diferenças de costumes entre os povos. Nesse sentido, no ano de 2008, com a Lei 11.645⁵, estabelecendo a obrigatoriedade do estudo da história indígena nas escolas brasileiras, houve um avanço significativo, com a possibilidade da história nacional, ensinada na escola, ser reescrita, e nela ser incluída o protagonismo das populações indígenas na construção de nosso passado e de nossa realidade contemporânea.⁶

A produção historiográfica das últimas décadas pode cooperar nesse sentido. Desde a década de 1980, os historiadores têm estabelecido diálogos com a antropologia ampliando sua bagagem conceitual, o que contribuiu para novos estudos sobre a história indígena. Conceitos como o de cultura e de diversidade cultural passaram a ser mais contemplados nos estudos históricos; a diversidade de sujeitos passou a ser referência para o protagonismo; e procedimentos metodológicos foram aprofundados para estudos de diferentes fontes documentais. Além disso, os documentos já conhecidos foram relidos, considerando-se outras questões e conceitos.

Ao mesmo tempo, a historiografia incorporou críticas à concepção de uma nação homogênea, constituída por apenas uma única língua e cultura, que restringia a visibilidade das populações indígenas. E, por sua vez, ampliou suas referências conceituais para incluir a percepção da pluralidade cultural dos povos, e, assim, conceitualmente contestar as ações do poder do Estado de promover a “assimilação” a partir de um padrão homogêneo de cultura nacional. Além disso, outros conceitos foram sendo reorganizados para dar conta da complexidade histórica dos contatos interculturais, como o conceito amplo de “culturas

⁵ LEI No. 11.645, de 10 de Março de 2008. “...ART. 26-A - Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. § 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. § 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.”

⁶ Antecedeu a Lei 11.645, a Lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003, que estabeleceu a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira, e que foi conquistada a partir da mobilização dos movimentos negros no Brasil. “...O conteúdo programático a que se refere ... incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. § 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras”

híbridas”, proposto por Nestor Canclini, que considera as mudanças históricas e possibilita reavaliar o ideal corrente de “culturas puras”.⁷

A historiadora Maria Regina Celestino de Almeida explica que *“antropólogos e historiadores têm analisado situações de contato, repensando e ampliando alguns conceitos básicos ao tema. A compreensão da cultura como produto histórico, dinâmico e flexível, formado pela articulação contínua entre tradições e novas experiências dos homens que a vivenciam, permite perceber a mudança cultural não apenas enquanto perda ou esvaziamento de uma cultura dita autêntica, mas em termos de seu dinamismo, mesmo em situações de contato extremamente violentas”*.⁸

Simultaneamente, no contexto das lutas sociais no país, povos indígenas, que aparentemente tinham desaparecido, ressurgiram e passaram a lutar por direitos e o reconhecimento de sua história. Assim, a historiografia mais recente tem revisto a história dessas populações, reconhecendo que ao longo de séculos continuaram a existir, apesar das dificuldades, defendendo suas terras e aldeias diante da expansão europeia e brasileira, e preservando suas línguas e costumes. Estudos recentes evidenciam a permanência das populações indígenas no mundo colonial nos sertões, nas vilas, nas cidades e em aldeias. Como explica Manuela Carneiro da Cunha, *“a percepção de uma política e de uma consciência histórica em que os índios são sujeitos e não apenas vítimas, só é nova eventualmente para nós. Para os índios, ela parece ser costumeira”*.⁹

As análises históricas hoje reconhecem que, apesar das populações indígenas não deixarem textos escritos, e não terem escrito sua história, deixaram suas reivindicações nos documentos que tratam de disputas que travaram com os colonizadores em outros séculos. A leitura e releitura da documentação revela que os indígenas tinham sua própria compreensão da realidade colonial e de seus direitos, e de quais eram suas possibilidades de ação para obtê-los. Por exemplo, no século XIX, com a Independência do Brasil e mudanças na legislação, muitos indígenas continuaram defendendo suas terras e aldeias de acordo

⁷ CANCLINI, Nestor Garcia. *Culturas híbridas*. São Paulo: EDUSP, 2008. – p. XIX – “...entendo como hibridação processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas. Cabe esclarecer que as estruturas chamadas discretas foram resultado de hibridações, razão pela qual não podem ser consideradas fontes puras.”

⁸ ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios na história do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2010, p. 22.

⁹ CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 18.

com a política constituída ao longo do processo de três séculos de colonização, quando tinham direitos específicos como vassalos do rei.¹⁰

O quadro de valores atribuído aos indígenas também foi modificado no olhar dos estudos históricos. Hoje em dia, passaram a ser entendidos como povos com história dinâmica, como sujeitos protagonistas da sua história e da história nacional, que criaram estratégias de luta, resistências e negociações ao longo dos cinco séculos de convivência com o não-índios. São povos vivos e atuantes, que afirmam constantemente suas identidades.

A conquista de direitos possibilitou às populações indígenas, vivendo em aldeias ou em cidades, se autodeclararem como índios, revelando uma população em crescimento. Ao contrário do que se pensava, não está desaparecendo. Hoje em dia, com o acesso às escolas diferenciadas, escrevem livros, produzem vídeos, contam e recontam suas próprias versões da história, utilizando múltiplas linguagens, além das tradições orais.

Entre diferentes possibilidades, em situação escolar, o estudo da história indígena pode incluir levantamento do que os estudantes pensam e sabem sobre esses povos; leitura do artigo 231 da Constituição de 1988; estudos de histórias específicas da história de povos indígenas no Brasil, a partir das produções da nova historiografia sobre o tema; estudos de materiais (livros e vídeos) produzidos pelas populações indígenas contando suas histórias e modos de vida; avaliação das versões apresentadas nos livros didáticos; análises críticas de reportagens de jornais e revistas, identificando valores disseminados entre os leitores brasileiros; reavaliação de alguns conceitos e valores pejorativos e preconceituosos; estudos específicos de contextos históricos nacionais com foco no protagonismo dos diferentes sujeitos históricos envolvidos, incluindo as populações indígenas; e vivências escolares diversas que favoreçam a compreensão das sociedades indígenas como históricas. A esperança é que com esses estudos a nova geração de brasileiros tenham outros pilares conceituais para valorizarem o direito à igualdade e o respeito à diversidade.

¹⁰ ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *O lugar dos índios na história entre múltiplos usos do passado: reflexões sobre cultura histórica e cultura política*. Op. cit., p. 210.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios na história do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

_____. *O lugar dos índios na história entre múltiplos usos do passado: reflexões sobre cultura histórica e cultura política*. IN: SOIHET, Rachel, ALMEIDA, Maria Regina Celestino de, AZEVEDO, Cecília, e GONTIJO, Rebeca. *Mitos, projetos e práticas políticas – Memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 207 – 230.

AZEVEDO, Maria Regina Celestino de. *O lugar dos índios na história entre múltiplos usos do passado: reflexões sobre cultura histórica e cultura política*. IN: SOIHET, Rachel, ALMEIDA, Maria Regina Celestino de, AZEVEDO, Cecília, e GONTIJO, Rebeca. *Mitos, projetos e práticas políticas – Memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 207 – 230.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *O ensino de história para populações indígenas*. Em *Aberto* n. 63 (Educação escolar indígena). Brasília: MEC, ano XIV, 1994, pp. 105-116.

CANCLINI, Nestor Garcia. *Culturas híbridas*. São Paulo: EDUSP, 2008.

CINEASTAS INDÍGENAS. Vídeos nas aldeias. A história contada pelas populações indígenas.

Texto – Guia para professores.

http://www.videonasaldeias.org.br/downloads/vna_quia_prof.pdf

CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

_____. *Os direitos dos índios*. São Paulo: Brasiliense, 1997.

LADEIRA, Maria Inês. *Espaço geográfico Guarani-Mbya – Significado, constituição e uso*. Maringá, Paraná: Eduem; São Paulo: Edusp, 2008.

MELATTI, Julio Cezar. *Índios do Brasil*. São Paulo: Hucitec; Brasília: Edunb, 1993.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. *Autogoverno e economia moral dos índios: liberdade, territorialidade e trabalho (Espírito Santo, 1798-1845)*. *Revista de História*, São Paulo, n. 166, p. 223-243, jan./jun. 2012. [http://revhistoria.usp.br/images/stories/revistas/166/08 -
_Vania_Maria_Losada_Moreira.pdf](http://revhistoria.usp.br/images/stories/revistas/166/08_-_Vania_Maria_Losada_Moreira.pdf)

PASSETTI, Gabriel. *Indígenas e criollos*. São Paulo: Alameda, 2012.

SILVA, Adriane Costa da. *Versões didáticas da história indígena – (1870 – 1950)*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação, USP, 2000.

SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís Donizete Benzi. (Orgs.). *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília: Mari/Unicef/Unesco, 1995.

SPOSITO, Fernanda. *Nem cidadãos, nem brasileiros. Indígenas na formação do estado nacional brasileiro e conflitos na província de São Paulo (1822 – 1845)*. São Paulo: Alameda, 2012.

VILLAS BÔAS, Orlando e VILLAS BÔAS, Claudio. *A marcha para o Oeste*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.